

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Raça educação e alcance escolar no Brasil 1995 - 2007 .

Flavio Cireno y Henrique Guimarães.

Cita:

Flavio Cireno y Henrique Guimarães (2009). *Raça educação e alcance escolar no Brasil 1995 - 2007*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/620>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Raça educação e alcance escolar no Brasil 1995-2007

Flavio Cireno

Pesquisador

Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação

Recife-Brasil

flavio.cireno@fundaj.gov.br

Henrique Guimarães

Pesquisador

Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação

Recife-Brasil

henrique.guimarães@fundaj.gov.br

Versão preliminar

Favor não citar

Preliminary version

Please do not cite

1. INTRODUÇÃO

Os estudos e pesquisas sobre a educação e a escola produzidos nas últimas décadas têm uma preocupação especial com o alcance escolar dos jovens dentro dos sistemas de ensino. Esta preocupação está sustentada nos fatores de origem socioeconômica determinando as escolhas escolares dos indivíduos, numa perspectiva de reprodução das desigualdades sociais dentro dos sistemas escolares, ou seja, de acordo com Bourdieu (1977) a trajetória escolar dos jovens tenderia a ser determinada diretamente pelo acúmulo de capital social, cultural e econômico. Resumindo a discussão poderia afirmar-se que a origem social dos jovens teria um papel preponderante nas escolhas escolares e conseqüente mente na trajetória dos jovens dentro do sistema escolar. O trabalho está dividido da seguinte forma: na segunda seção discutiremos brevemente algumas abordagens sobre escolarização e políticas educacionais e considerações sobre o efeito da raça sobre o alcance escolar dos indivíduos; na terceira seção apresentaremos os procedimentos metodológicos e detalharemos as fontes de dados utilizadas; na quarta seção apresentaremos e discutiremos os resultados dos modelos, e na última seção apresentaremos as principais considerações.

2. UMA BREVE REVISÃO SOBRE O TEMA

2.1. Escolarização

Em função destas premissas diversos estudos desenvolvidos nos últimos anos se propuseram a testar estas hipóteses em relação ao caso brasileiro por conta de problemas crônicos no sistema educacional brasileiro como: evasão, abandono e distorção idade/série. O foco destes estudos era voltado para a busca de explicações consistentes acerca dos determinantes do alcance escolar dentro dos sistemas de ensino público. Que fatores estariam associados diretamente ao sucesso ou fracasso escolar dos jovens? Qual o papel da escola neste processo? O background familiar e as condições socioeconômicas surgiriam como determinantes desta relação?

O papel das políticas públicas educacionais assumiu uma condição central na agenda de pesquisa no Brasil, visto que o sistema de ensino público vem se expandindo significativamente nos últimos 40 anos passando a absorver a quase totalidade dos jovens em idade escolar no final dos anos 90 do século passado, gerando uma melhoria visível nas condições de fluxo escolar no Brasil.

Para Silva (2004) este fenômeno está associado a uma melhora generalizada das condições sociais das famílias nos últimos anos e com a implantação de diversas políticas de melhoria da qualidade do ensino que vieram a elevar os indicadores de fluxo. As análises de Silva (2004) mostram a elevada queda dos índices de distorção idade/série entre 1982 e 1996, onde o Brasil saiu de um percentual de 76% para 47%. Os estudos mostram também uma elevação da média de anos de estudo completados com sucesso em 2,1 anos entre 1976 e 1998. Houve de fato um grande avanço no quesito acesso (universalização) à educação, mas a grande pergunta passou a ser relacionada à qualidade da educação pública oferecida pelo estado brasileiro, ou seja, os jovens estão saindo do sistema escolar em condições de suprir as demandas atuais do mercado de trabalho? Os jovens estão concluindo os ciclos escolares adequadamente? Quais fatores atrasam estes ciclos ou mesmo interrompem os jovens dentro sistema escolar? Um importante estudo desenvolvido por Silva e Hasenbalg (2002) aponta que passados estes anos de enormes avanços no acesso ao sistema escolar, as desigualdades sociais são fatores determinantes no alcance escolar dos jovens. Principalmente em relação à variável renda familiar *per capita* e a variável cor do entrevistado.

Em relação a questão da cor do entrevistado Silva e Hasenbalg (2002) citam os trabalhos desenvolvidos por Fernandes (2001) onde a autora demonstra que a maioria das variáveis de origem social tendem a adotar um padrão decrescente da mais baixa para a mais alta transição escolar com exceção da variável cor da pele.

Diversos estudos contemporâneos abordam a temática através das análises desenvolvidas por Pierre Bourdieu na França acerca da determinação do sucesso escolar através da origem social das famílias, onde as expectativas familiares e as aspirações dos jovens seriam determinadas diretamente pelos aspectos da classe social de origem dessas famílias¹. Este foco na estrutura da família e na classe social apresenta importantes contribuições para a compreensão do alcance escolar dos indivíduos através de suas experiências familiares e da sua rede social, mas de certa forma apresenta, também, limitações ao excluir o ambiente escolar deste processo de explicação das trajetórias dos jovens dentro da vida escolar. Bourdieu (1977) defende que o acúmulo do capital social, cultural e econômico transmitido às gerações por seus pais são responsáveis pelo alcance e sucesso dos jovens nas suas trajetórias escolares. Em resumo, o desempenho escolar é diretamente

¹ Ver Bourdieu (1977)

ligado a origem social do indivíduo, uma vez que esta origem determina, em última forma, a herança cultural que seria principal o determinante do desempenho escolar dos jovens.

O desafio é compreender até onde o background familiar e as redes sociais dos indivíduos têm poder explicativo sobre o alcance escolar dos jovens e em que medida as variáveis estruturais (estrutura da escola, qualificação do professor, alimentação, acompanhamento psicológico, transporte, etc.) da gestão das políticas educacionais podem contribuir para a explicação do alcance dos jovens dentro dos sistemas escolares. Os fatores da estrutura escolar devem ser levados em consideração na explicação do desempenho e alcance dos jovens na escola. Até por que o estado constitucionalmente é responsável por fornecer uma educação de qualidade e em qualquer tipo de discriminação a todos os indivíduos.

A educação, no Brasil, é colocada pelo texto da constituição de 1988 como um direito social dos cidadãos e para que isto se materialize é preciso que existam políticas públicas capazes de garantir uma educação de qualidade e estruturas escolares adequadas às demandas reais da sociedade e do mercado de trabalho.

A partir desta perspectiva acima é possível identificar diversos estudos e pesquisas sobre a estrutura escolar, a qualificação e o papel dos docentes, as diversas políticas públicas na educação (merenda, financiamento da educação, qualificação dos docentes, avaliação de desempenho, conselhos da educação, etc.) com a preocupação de compreender a importância e os efeitos destes fatores no desempenho e no alcance escolar dos jovens, e conseqüentemente como os níveis de poder público estão atuando sobre esta questão.

2.2. Políticas educacionais

Diversos trabalhos como os desenvolvidos por Sander (2007); Pinto (2002); Oliveira (2000); Oliveira (2006); consideram a gestão, financiamento e políticas educacionais como fatores determinantes da explicação sobre desempenho e alcance escolar. Embora não seja objeto da análise desenvolvida neste artigo é importante frisar que existem fatores determinantes do alcance escolar dos jovens e da diminuição das desigualdades que estão diretamente ligados ao tipo de gestão da política educacional nas três esferas de poder (federal, estadual e municipal). Diversos autores entre os quais Riani e Rios-Neto (2008) desenvolveram estudos que produzem conclusões sobre a influência da rede municipal no alcance escolar e concluem:

“Em síntese, os resultados da análise hierárquica corroboram a hipótese de que a melhora da rede escolar dos municípios constitui um importante fator de diminuição da estratificação educacional, seja pelo seu efeito direto no aumento médio das probabilidades estudadas, seja por diminuir a importância dos fatores relacionados ao ambiente familiar do aluno (no caso, escolaridade da mãe), reduzindo a desigualdade intergeracional”
Riani e Rios-Neto (2008)

De acordo com o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2006) não existe um princípio geral que norteie e organize o sistema educacional como um todo. É necessário um planejamento sistêmico que proporcione uma coerência de gestão à educação. Isto termina por gerar sobreposições de ações entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal) levando reformas e as mudanças a se acumularem umas sobre as outras gerando, onde é observado poucas mudanças consistentes na qualidade da educação oferecida a população.

A literatura recente acerca de reformas educacionais na América Latina aponta um cenário contraditório, onde o discurso corrente defende que o objetivo central das reformas deveria ser a melhora da qualidade e da eficiência da educação aumentando seus efeitos sobre as condições de vida das populações mais desfavorecidas social e economicamente, mas o que se observa é que as principais ações são voltadas para reformas que visam apenas à ampliação do sistema (das estruturas e dos profissionais da educação) e da oferta de matrículas. Ou seja, expansão do sistema sem, no entanto uma preocupação com a qualidade e eficiência dos conteúdos e das práticas educacionais.

Ainda de acordo com este mesmo relatório, o Brasil na década de 90 optou em adotar a política de forma significativa a expansão das matrículas, isto sem dúvida foi considerado uma avanço em termos de universalização ao acesso à escola, mas não houve um enfoque sobre a melhoria da qualidade e eficiência do ensino, implicando em mais investimentos em estrutura, formação capacitação dos professores, período integral, e aumentando os retornos da educação na vida e oportunidades dos jovens. A ausência de debates sobre esta perspectiva pode ser considerada estratégica aos interesses do governo uma vez que se evitou uma maior discussão e possíveis

impasses sobre o modelo apresentado pelo governo FHC (1995-2002). Isto aliado a pouca participação da sociedade civil organizada nos processos de reforma da educação deixou a arena para os sindicatos e o poder executivo. E estes dois atores protagonizaram os maiores embates e conflitos em torno das reformas. Mas não houve força suficiente por parte os sindicatos para incluir nas reformas as discussões sobre aumento da qualidade e eficiência nos sistemas e redes de ensino no Brasil.

Um grande avanço, de acordo com a literatura recente, foi alcançado com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que foi um considerado como um passo adiante em relação às políticas anteriores, porém é importante observar que este fundo não proporcionou um incremento nos recursos, mas sim de um novo modelo de redistribuição de recursos já existentes da esfera federal para os níveis subnacionais, baseado no num valor padrão para o gasto/aluno e na relação entre números de matrículas no ensino fundamental nos estados e municípios². O Fundef foi finalizado em 2007 sendo substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

3. Educação, raça e região

Os estudos sobre a relação entre o efeito da raça no alcance escolar e nos retornos obtidos pelos diferentes grupos em relação aos ganhos advindos com os investimentos em educação convergem para algumas conclusões entre elas as dos estudos de Hasenbalg & Silva (1999) que mostram, através das Pnads³ da década de 1980 e sob um olhar voltado para os estudos de mobilidade social, que os pretos e os pardos alcançam sistematicamente níveis de escolaridade inferiores aos dos brancos com a mesma origem social, ou seja, controlando o efeito da raça pela classe. Estes mesmos autores mostraram também que os retornos obtidos com a escolaridade adquirida em termos de posição ocupacional e nível de renda tende a ser menos para pretos e pardos em relação aos brancos.

Em relação às desigualdades regionais percebe-se que apesar dos avanços em relação à universalização do acesso fatores indicadores importantes como repetência, abandono, distorção

² Sobre Fundef ver Davies (1999) e Vasquez (2004)

³ Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

idade/série, aprendizagem apresentam uma enorme distância entre as regiões mais ricas do país (Sul e Sudeste) e as mais pobres (Norte e Nordeste). De acordo com Castro (2000)

“(…) os indicadores de aprendizagem, embora tenham apresentado tendência sistemática de melhoria em todas as unidades da federação, sobretudo na segunda metade dos anos 90, delineiam um quadro de profundas desigualdades regionais, algumas até mais acentuadas que o quadro observado no início da década de 80.” Castro (2000)

Esta autora apresenta ainda o desnivelamento socioeconômico entre as regiões do Brasil como um fator preponderante na diferenciação no ritmo e nos resultados das políticas educacionais, uma vez que a capacidade de implantação dos programas e as diferentes realidades sociais impõem respostas diferentes às políticas educacionais. Castro (2000) defende que a ação do governo federal como coordenador das políticas educacionais através do MEC, em articulação com entidades importantes como o Conselho nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) surgiu como um fator preponderante para o sucesso da universalização do acesso nos anos 90. A questão central agora está focada para a atual condição do Nordeste em reação às demais regiões do país. Passados 10 anos da implementação do Fundef como estão os indicadores atuais? A posição do Nordeste evoluiu em relação às demais regiões? Estes questionamentos serão analisados através da análise dos dados provenientes das PNADS de 1995, 1999, 2003 e 2007. Os procedimentos e escolhas metodológicas adotadas estão discriminados na seção a seguir.

3. METODOLOGIA

Esta seção tem como objetivo explicitar a origem dos dados e os procedimentos adotados para a obtenção dos resultados do trabalho. Os dados utilizados são provenientes da PNAD dos anos de 1995, 1999, 2003 e 2007, onde serão gerados modelos de regressão

Dessa forma, para todas as PNADS, os modelos por MQO serão estimados da seguinte forma:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \beta_5 X_5 + \beta_6 X_6 + \beta_7 X_7 + \beta_8 X_8 + \beta_9 X_9 + \varepsilon.$$

Onde:

Y = anos de escolaridade

α = Constante

β_i = Coeficientes de Regressão Logística das Variáveis Independentes

X_1 = Sexo (dummy)

X_2 = Raça (dummy)

X_3 = Área Urbana (dummy)

X_4 = Região metropolitana (dummy)

X_5 = Idade em que começou a trabalhar

X_6 = Mesorregião do País (set de dummies)

ε = Erro Estocástico

A composição das variáveis é:

Sexo:

Variável dummy onde o fato de ser homem recebe o valor 1 e o fato de ser mulher recebe o valor 0.

Raça⁴:

Variável dummy onde o fato de ser branco recebe o valor 1 e as outras raças o valor 0.

Área Urbana:

Variável dummy onde o fato de pertencer à área urbana, em qualquer condição, atribui ao indivíduo o valor 1, enquanto que aos indivíduos que vivem na área rural, o valor 0.

Região Metropolitana:

Variável dummy onde se atribui o valor 1 para os residentes em região metropolitana.

Idade em que começou a trabalhar:

Variável de controle para a idade em que começou a trabalhar, medido em anos.

⁴ Normalmente, neste tipo de estudo, separa-se a raça branca de negros (pretos e pardos), amarelos e indígenas, através de um set de dummies, por haverem dinâmicas diferentes em cada uma das raças. Nesse caso, dada a pouca influência populacional dos outros grupos (asiáticos e indígenas) decidimos manter uma variável somente para os brancos.

Set de dummies para região:

Set de dummies para região, onde a região sudeste é a região de referência.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Como dito, foram rodados quatro modelos de regressão por MQO baseados na variável anos de estudo construída pelo IBGE e ajustada para a correspondência em anos dos códigos. Esta variável utilizada colapsa os valores acima de 14 anos, fazendo com que, apesar da heterocedasticidade nos estratos mais altos seja maior, ela seja menor em extensão. O ajuste do modelo foi baixo, levando-se em consideração que as variáveis com maior poder explicativo (educação e ocupação dos pais) não estava presente nas PNADS analisadas, e variáveis de background familiar são endógenas ao modelo, dada a forte relação entre educação e renda entre os indivíduos adultos de uma determinada população.

Como podemos ver na tabela 1, o melhor ajuste foi para o ano de 1999, onde o modelo explica apenas 27,5% da variância total. Quanto às variáveis inseridas no modelo, todas são significativas a 1%, exceto pela variável sexo no ano de 1995 (sig. ,598) indicando não haver diferença estatisticamente significativa para sexo no ano, com relação à sua influência nos anos de estudo.

Tabela 1 – estimação do modelo pro MQO para os anos de estudo (1995-2007)

ANO	1995	1999	2003	2007
(Constant)	-2,121	-1,472	-0,604	0,613
SEXO	0,013	-0,116	-0,289	-0,483
RAÇA	1,692	1,331	0,996	0,912
ÁREA URBANA	2,392	2,499	2,738	2,942
REGIÃO METROPOLITANA	0,852	0,803	0,765	0,809
IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR	0,332	0,335	0,325	0,274
NE	-1,195	-1,125	-1,226	-1,200
N	-0,436	-0,394	-0,778	-0,429
S	0,282	0,361	0,296	0,142
CO	0,095	0,011	0,094	-0,066
DF	0,983	0,876	0,776	0,831
R2	0,273	0,275	0,263	0,240
N	114.706	122.362	140.417	155.936

A variável sexo apresenta uma desvantagem crescente para os homens como se pode observar pelo sinal negativo dos coeficientes e pelo crescimento de seus módulos. O fato de ser homem, em 1995, não apresentava nenhuma vantagem, uma vez que a vantagem obtida era tão pequena que não era significativa, mesmo para mais de 100.000 casos, e passa a ser negativa em 0,5 anos, aproximadamente, em 2007. Já a raça, apresenta um efeito médio decrescente para os brancos, que varia de 1,7 anos a mais em 1995 para a menos de 1 ano em 2007. Porém, outros trabalhos como o de Fernandes (2001) alertam que esse crescimento se dá em apenas alguns ciclos escolares, não acontecendo o mesmo para a entrada na universidade.

Os efeitos de Idade em que começou a trabalhar também são decrescentes, o que pode denotar uma menor influência dessa variável, ou uma expansão da política educacional para a área rural, onde a idade inicial do trabalho é mais baixa. Já as variáveis de região podem ser divididas em duas, uma de área e outra região do país por suas dinâmicas diferentes. As variáveis de área se mostram estáveis, o que pode ser esperado uma vez que áreas urbanas e metropolitanas são as áreas onde os efeitos do capital humano são mais intensos e por isso causam migração. Ou seja não são as áreas que influenciam as pessoas para que elas tenham mais educação, mas as pessoas que vão para essas áreas por ter ou em busca demais educação. Some-se a isso um mercado de trabalho mais maduro e competitivo, que seleciona os mais educados, e teremos uma boa hipótese para essa estabilidade. Por último, o set de dummies para as regiões do país demonstra uma convergência à região sudeste, com a diminuição dos efeitos da região sul (superior), e uma diminuição dos efeitos com relação ao Norte e o Nordeste (inferior) excluído o distrito federal, que continua a se distanciar dos demais.

5. CONCLUSÕES

Como conclusões, podemos afirmar, que ao menos em média, os efeitos de raça e gênero tem mudado, com uma diminuição das vantagens dos brancos e um aumento da distância da educação das mulheres em relação aos homens. Já com relação à idade em que começou a trabalhar, há uma tendência decrescente da influência, o que pode indicar um efeito da política, uma vez que as idades estão relacionadas ao início do trabalho na área Rural. Com relação às regiões e variáveis geográficas, encontrou-se uma estabilidade no que toca a áreas urbanas e metropolitanas, o que pode indicar um efeito duplo, de oferta e de migração, onde as pessoas mais educadas das áreas rurais e não metropolitanas migram para as áreas urbanas e metropolitanas para aumentar o retorno

do investimento em capital humano. Finalmente, há uma convergência no número médio de anos de estudos entre as regiões, exceto pelo distrito federal, que continua a se distanciar das demais.

Todas essas evidências levam a crer que esses efeitos combinados sejam causados, pelo menos em parte, pelas políticas de expansão da educação iniciadas em 1995 pelo governo federal. Porém apenas um estudo das transições escolares no período, entre as populações alvo, irão apresentar evidências mais sólidas.

Referências

- A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006/ Banco Interamericano de Desenvolvimento e David Rockefeller Center for Latin American Studies Harvard University; tradução banco Interamericano de Desenvolvimento – Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID 2007
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In J. Richardson, Handbook of theory and research for the sociology of education. New York, Freewood. 1977
- COUTINHO G. Henrique; GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant’Anna. Fundef: participação social e gestão democrática ou conselho governamental com participação tutelada? Trabalho apresentado no XIII Encontro Regional de Ciências Sociais (CISO) em setembro 2007. Maceió (AL)
- DAVIES, N. O Fundef e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta, Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.
- FERNANDES, Danielle C. Raça, origem socioeconômica e desigualdade educacional no Brasil: uma análise longitudinal. Trabalho apresentado na Reunião Anual da Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), outubro 2001.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educ. Soc.* [online]. 2002, vol.23, n.78 .
- OLIVEIRA, R.P. Financiamento da educação no Brasil: um estado da arte provisório e algumas questões de pesquisa. In: GOUVEIA, A.B.; SOUZA, A.R.; TAVARES, T.M. (Org.). *Conversas sobre financiamento da educação no Brasil*. Curitiba: UFPR, 2006. p. 23-26.
- PINTO, J.M.R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 109-136, set. 2002.

- RIANI, Juliana de Lucena Ruas and RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. Background familiar versus perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros?. *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2008, vol.25, n.2, pp. 251-269. ISSN 0102-3098. doi: 10.1590/S0102-30982008000200004.
- SANDER, B. *A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: temáticas, resultados e perspectivas*. Trabalho apresentado no IV Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2007, Lisboa. 24p.
- SILVA, Nelson do Valle and HASENBALG, Carlos. Recursos familiares e transições educacionais. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2002, v. 18, suppl. , pp. S67-S76. ISSN 0102-311X. doi: 10.1590/S0102-311X2002000700008.
- A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006/ Banco Interamericano de Desenvolvimento e David Rockefeller Center for Latin American Studies Harvard University; tradução banco Interamericano de Desenvolvimento – Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID 2007
- VAZQUEZ, D. A. Educação e Desigualdade Regionais: a política nacional de equidade do FUNDEF. Trabalho apresentado no 28º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 26 a 30 de outubro de 2004.
- COUTINHO G. Henrique; GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant’Anna. Fundef: participação social e gestão democrática ou conselho governamental com participação tutelada? Trabalho apresentado no XIII Encontro Regional de Ciências Sociais (CISO) em setembro 2007. Maceió (AL)